

Tese do Centrão foi vitoriosa na Saúde

"A celebração do acordo entre as lideranças partidárias na última terça-feira, sobre o capítulo da Saúde demonstrou que a tese que prevaleceu foi a do Centrão. Portanto, desde o início, ela estava certa. Atendeu à necessidade de se caminhar mais, em direção à conquista dos anseios sociais do povo brasileiro, sem ferir os princípios da livre iniciativa e o direito de opção dos cidadãos".

As decalgações são do deputado federal Adolfo de Oliveira (PL-RJ), que acrescentou: "O texto aprovado garante a participação da iniciativa privada e, ao mesmo tempo, a execução de uma progressista política de saúde, pelo Estado".

VALERAM

O deputado acha que as longas e cansativas horas de negociação valeram a pena. E que o resultado positivo está aí: "Essa política será exercida pelo governo, diretamente, ou por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Isso quer dizer que até os SUDS poderão contar com o con-



Adolfo de Oliveira

curso da livre iniciativa, sem que suas respectivas áreas de ação sejam invadidas".

Adolfo de Oliveira diz-se satisfeito com a descaracterização da tendência por muitos vista como estatizante do anteprojeto da Comissão de Sistematização. "Parece-me que tanto as reivindicações dos chamados progressistas como as dos defensores da iniciativa privada foram atendi-

das. Houve, na verdade, uma convergência de intenções.

Para o deputado, o fato de ficar expresso que o governo não subvencionará as entidades médicas, que tenham fins lucrativos, não significa que elas serão relegadas ao limbo.

"Não subvencionar não quer dizer marginalizar. Estarão garantidos certos tipos de financiamentos a todas elas. Notadamente os destinados à aquisição de equipamentos, já que a medicina moderna tem de caminhar lado a lado com os progressos tecnológicos mundiais".

Esses financiamentos, porém, só serão concedidos após aprovação dos ministérios da Saúde e da Previdência Social, "o que me parece mais do que justo. Imaginemos, por exemplo, que um pequeno hospital de uma minúscula cidade queira adquirir um aparelho de raios-X. Quem negaria a ele o dinheiro necessário para a aquisição, já que ele se destina a melhorar o atendimento de sua população?"

Texto agrada médico particular

"Não poderia ter chegado a um ponto mais harmônico o texto da Constituição, no capítulo da Saúde. Lúcido, harmônico, ele concilia a atuação do Estado e da livre iniciativa médica. De um lado, concretizou-se o SUDS, medida legítima e altamente positiva".

Ao fazer essas declarações, o médico Carlos Eduardo Ferreira, vice-presidente da Federação Brasileira de Hospitais (FBH) aduziu que, "com isso, os constituintes mantiveram o direito de livre opção do cidadão, garantiram uma assistência estatal mais vertical à população e, ao mesmo tempo, referendaram o pluralismo, na área da saúde e o livre exercício da profissão".

EMENDA POPULAR

Frisa Ferreira que, hoje, a medicina privada está constitucionalizada. "Se antes, salientou, ela era reconhecida, hoje é peça importante da nossa futura Constituição. Os constituintes, em última análise, endossaram as cerca de 100

mil assinaturas da emenda popular ao texto da Comissão de Sistematização".

O vice-presidente da FBH vê outros pontos positivos no acordo firmado, na última terça-feira, pelas lideranças parlamentares: o fato, por exemplo, de o governo poder se estruturar melhor, de maneira a atender às necessidades da população que utiliza do seus serviços. "No entanto, alerta, se não houver dotações suficientes serão poucas as possibilidades de se atingir a um ponto ideal. O Brasil aplica apenas 4% do seu PIB, na área da Saúde. Pouco, quando sabemos que há países que a ela destinam entre 12 e 14%. O caminho, porém, está aberto e é, efetivamente, um poderoso passo na busca de melhores soluções".

"Ganha o povo". Com essa frase o médico Plínio de Toledo, presidente da Associação de Hospitais do Estado de São Paulo, definiu o trabalho desenvolvido pelos constituintes, que culminou no acordo que dá espaço ao Estado e à livre iniciativa, na área da Saúde.

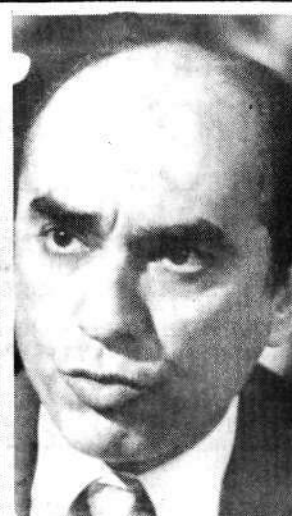
Ele entende que o Gover-

no, com armas nas mãos, poderá desenvolver melhor suas ações básicas de saúde.

"O importante, em todo esse processo será a união total de esforços para que o atendimento médico-hospitalar evolua, na medida das necessidades da população. E, mais do que isso, que o Estado desempenhe a contento suas ações de saúde, prevenindo a doença", frisa Toledo.

Na ótica de José Mansur, médico presidente da Associação de Hospitais do Rio de Janeiro, as propostas radicais dos que desejavam a estatização da Saúde serviram para unir as diversas instituições do setor. "É óbvio, observa, que na livre iniciativa haja posicionamentos políticos divergentes, não só doutrina-rios, mas também de preferências pessoais e partidárias. Nossa união contribuiu para uma análise mais aprofundada da importância da enorme rede de assistência médico-hospitalar montada Pais afora, o que sensibilizou os constituintes".

FIM DO CASA, DESCASA



Evangélicos, Ferreira, Jo-ao de Deus e Iensen temem até incestos; já Maurílio dispensa a discussão

Evangélicos jogam tudo para limitar divórcios

SUELENE TELES
Da Editoria de Política

Os liberados que se cuidem. Os evangélicos estão se preparando para bombardear em plenário as pretensões daqueles que querem se aproveitar da lei para casar e descasar quantas vezes quiserem. E as pressões não serão poucas. Nessa cruzada vale tudo: coação moral, espiritual e principalmente a chantagem emocional do eterno lenga-lenga: "E como ficam as crianças?". Para o constituinte e evangélico Costa Ferreira (PFL-MA), autor de uma emenda propondo o direito a uma só dissolução matrimonial, essa "chance" só está sendo proposta para se legalizar as pendências do concubinato. "Temos que limitar, pois assim pode-se dar um jeito. Vive-se meio forçado, mas vive-se".

O também evangélico João de Deus (PTB-RS), autor de uma outra emenda contrária ao texto da Sistematização — que não limita o número de dissoluções do vínculo conjugal —, acredita que se continuar como está, "daqui a pouco teremos irmão casando com irmã, pois ninguém mais saberá quem é sua própria

família". Ele se declarou casado há 20 anos com a mesma mulher a quem considera como uma verdadeira "bengala". "A cada dia que passa — disse — quero mais bem a ela e aos meus filhos. Fiz um propósito de tê-la ao meu lado e, para pensar em outra mulher só em caso de morte. E não pensem que não somos tentados todos os dias, mas felizmente temos temor a Deus".

"Deus o livre", respondeu Matheus Iensen, exorcizando rápido de seu pensamento a possibilidade da Constituinte vir a consagrar o texto da Sistematização. "Isso seria o caos. Vai contra os princípios bíblicos. Imagina! Seria muito fácil. O homem casa, deixa a mulher grávida e depois vai embora, para, quem sabe, engravidar outra". Matheus Iensen que também propôs a limitação do divórcio acredita que a família tem que ser protegida, "pois ela é a coisa mais preciosa. Temos que limitar. E podem ter certeza: não deu certo a segunda vez, pode desistir".

Evangélico, mas um pouco mais ponderado, pois já lhe pesa um divórcio consumado, Sotero Cunha (PDC-RJ) embora

comungue a tese da limitação do número de divórcios, avança um pouco mais ao declarar que um casamento se segura pelo sexo. "Pode até ter muito amor, mas não havendo uma vida sexual saudável para ambos, a separação é certa". Mesmo assim, ele não aceita mais de dois divórcios. "Casamento só duas vezes", sentencia ele defendendo sua própria condição. "A liberalidade nestes casos levará à degeneração da família".

RECEITAS PARA MANTER UM CASAMENTO

O divórcio, no entanto, não é a grande preocupação dos constituintes evangélicos. Eles querem mais é que o casamento seja mantido para que a família possa ser preservada. Tanto que partiu deles mesmos a sugestão de algumas receitas para "o matrimônio perfeito". Em primeiro lugar todos concordam que o ingrediente mais forte "é o temor a Deus", que na opinião do deputado Costa Ferreira significa conter aquela tentação que homens e mulheres estão sujeitos no dia-a-dia.

Para João de Deus, com temor a Deus e a reciprocidade de direitos e

deveres não há como um casamento não dar certo. Costa Ferreira acrescentou a compreensão mútua, sem se esquecer do "temor a Deus, que condiciona". Para Sotero Cunha, esses ingredientes seriam insuficientes se faltasse o essencial: o sexo.

Toda essa cruzada em favor da família deve entretanto, encontrar algumas pedras no caminho. Algumas até bastante grandes para serem transpostas. E o caso do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que acha tudo isso "uma grande frescura". Segundo ele, "se o cara quer divorciar, cem mil vezes, é problema dele. Quer mais é me casar e me divorciar todos os dias". Mais contido o comunista Roberto Bonfim (AL) afirma que nada disso devia estar em texto constitucional. "Quem deve definir seus relacionamentos são as pessoas. E o que define uma relação é a igualdade e o amor. Se não há amor, não adianta. É uma visão atrasada, cerceadora.

Paulo Delgado (PT-SP) também votará contra por acreditar que "homens e mulheres têm que ser fiéis as suas emoções e paixões".